mazars

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

ENGIE SOLUCOES CIDADES INTELIGENTES E INFRAESTRUTURA DE UBERLÂNDIA S.A.

EM 30 DE JUNHO DE 2022
E RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

mazars

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias 3
Balanço patrimonial 6
Demonstração do resultado do exercício 6
Demonstração dos resultados abrangentes 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstração dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias 11
1 Informações gerais 11
2 Aprovação das informações contábeis contábeis intermediárias 11
3 Resumo das principais práticas contábeis 11
3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas vigentes 11
3.2 Normas emitidas 12
3.3 Declaração de conformidade 13
3.4 Estimativas e julgamentos críticos 13
3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação 13
3.6 Caixa e equivalentes de caixa 13
3.7 Instrumentos financeiros 13
3.8 Estoques 15
3.9 Outras contas a receber (circulante e não circulante) 15
3.10 Imobilizado 15
3.11 Contas a receber - ativo de contrato 16
3.12 Fornecedores e outras contas a pagar 16
3.13 Provisões 16
3.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido 16
3.15 Benefícios a funcionários 17
3.16 Capital social e distribuição de lucros 17
3.17 Reconhecimento de receita 17
4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 18
4.1 Fatores de risco 18
5 Caixa e equivalente de caixas 19
6 Contas a receber – ativo de contrato 20
7 Estoques 20
8 Tributos a recuperar 21
9 Outros ativos 21
10 Imobilizado 22
11 Fornecedores 23
12 Obrigações sociais e trabalhistas 23
13 Empréstimos, financiamentos e debênture 24
14 Obrigações tributárias 26
15 Passivo de arrendamento 26
16 Outros passivos 26
17 Patrimônio líquido 27
18 Receita operacional líquida 27
19 Gastos por natureza 28
20 Resultado financeiro 28
21 Imposto de renda e contribuição social corrente 29
22 Seguros (Não auditado) 29

Mazars Auditores Independentes
Av. Marechal Deodoro, 497 - 2º andar
Curitiba - Paraná
Tel.: (41) 3082-3905
www.mazars.com.br

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.
Uberlândia - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R4) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Em decorrência da priorização da administração para concluir a fase de construção e melhorias do sistema de iluminação previsto no contrato de concessão, a administração ainda não concluiu o processo de conciliação de algumas rubricas contábeis. Em 30 de junho de 2022, o saldo contábil de estoques apresenta uma diferença a menor em R$ 2.743 mil (31 de dezembro de 2021 – saldo contábil a maior em R$ 3.973 mil) em relação ao relatório financeiro, e, a rubrica de provisão de custos (outros passivos – nota explicativa nr. 16) cujo saldo contábil totaliza R$ 3.947 mil, não estavam conciliadas e não nos foram apresentadas as composição individualizadas dos respectivos valores. Consequentemente, não foi possível concluir sobre a existência ou não de eventuais efeitos que serão provenientes da finalização destas conciliações sobre as rubricas de estoques, provisão de custos, sobre o resultado do período e do patrimônio líquido apresentado em de 30 de junho de 2022.

Conforme nota explicativa nr. 3.17, a administração reconhece a receita dos serviços de construção e melhoria à medida que os serviços são executados e conforme o aceite do cliente para cada etapa da construção. Na análise do contrato de concessão, é pactuado que o valor da contraprestação mensal a ser recebida pela Companhia, tem vinculação direta com o cumprimento dos serviços de construção e melhoria, bem como o recebimento financeiro pelos serviços de construção e melhoria serão quitados durante todo o prazo de concessão. Tais aspectos, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, indicam que há obrigações de performance que devem ser atendidas em conjunto, portanto, a receita dos serviços de construção e melhoria deveria ser reconhecida pelo prazo de concessão, à medida que a obrigação de prestação de serviços e operação e manutenção sejam realizados. A Administração julga que o procedimento atual está adequado em face das discussões realizadas internamente com sua matriz e de documentos internos aprovados. Todavia, não nos foi fornecido um estudo técnico detalhado com o respectivo suporte técnico que nos permitisse alcançar a mesma conclusão. O total de receita registrada contabilmente referente aos serviços de construção e melhoria, desde o início do reconhecimento, ocorrido em março de 2020 até 30 de junho de 2022, é de aproximadamente R$ 105.000 mil e o total de custos é de aproximadamente R$ 63.000 mil. Consequentemente, não é possível determinar nas circunstâncias potenciais efeitos que poderão advir do alinhamento técnico contábil relacionado ao reconhecimento da receita e seus efeitos no resultado do período e de período anteriores, assim como nos saldos patrimoniais – ativos financeiros e no patrimônio líquido da Companhia no período findo em 30 de junho de 2022 e em períodos anteriores.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais efeitos mencionados na seção "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Auditoria das informações contábeis intermediárias do período anterior

As informações contábeis intermediárias da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2021, apresentado para fins de comparação, não foram revisadas por nós nem outro auditor independente.

Curitiba, 18 de agosto de 2022.



Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 PR

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC 1PR 047.959/O-9

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Balanço patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.440	3.017
Contas a receber – ativo financeiro	6	13.247	10.678
Estoques	7	12.135	14.951
Tributos a recuperar	8	577	747
Outros ativos	9	89	149
		36.488	**29.542**
Não circulante			
Contas a receber – ativo financeiro	6	67.008	45.855
Aplicações financeiras	5	4.032	-
Outros ativos	9	113	-
Imobilizado	10	378	421
Direito de uso		244	244
		71.775	**46.520**
Total do ativo		**108.263**	**76.062**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	11	2.784	4.295
Obrigações sociais e trabalhistas	12	619	501
Empréstimos e financiamentos	13	39	41.721
Debêntures	13	4.256	-
Obrigações tributárias	14	7.944	3.710
Passivo de arrendamento	15	154	154
Outros passivos	16	4.061	3.988
Dividendos a pagar		193	193
		20.050	**54.562**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	82	104
Debêntures	13	63.115	-
Passivo de arrendamento	15	91	91
Outros passivos	16	9	9
		63.297	**204**
Patrimônio líquido	17		
Capital social		25.000	25.000
Reserva legal		41	41
Prejuízos acumulados		(125)	(3.745)
		24.916	**21.296**
Total do passivo e patrimônio líquido		**108.263**	**76.062**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração do resultado
(Valores expressos em milhares reais)

	Nota	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021 (Não revisado)	01/01/2021 a 30/06/2021 (Não revisado)
Receita operacional líquida	18	17.945	26.652	4.021	16.918
(-) Custo da prestação de serviços de iluminação pública	19	(9.465)	(14.658)	(2.800)	(13.640)
Lucro bruto		**8.480**	**11.994**	**1.221**	**3.278**
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(205)	(555)	(122)	(387)
Outras receitas e despesas		(5)	176	260	513
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**8.270**	**11.615**	**1.359**	**3.404**
Receitas financeiras	20	322	934	268	364
Despesas financeiras	20	(3.251)	(6.748)	(99)	(199)
Lucro antes dos tributos		**5.341**	**5.801**	**1.528**	**3.569**
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(1.651)	(2.181)	(476)	(1.164)
Lucro líquido do período		**3.690**	**3.620**	**1.052**	**2.405**
Lucro por ação - R$ / ação		**0,1476**	**0,1448**	**0,04208**	**0,0962**
Número de ações		**25.000.000**	**25.000.000**	**25.000.000**	**25.000.000**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
(Valores expressos em milhares reais)

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021 (Não revisado)	01/01/2021 a 30/06/2021 (Não revisado)
Lucro líquido do período	**3.690**	**3.620**	**1.052**	**2.405**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	**3.690**	**3.620**	**1.052**	**2.405**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020	**25.000**	**41**	**579**	**25.620**
Ajuste exercício anterior			(14)	
Lucro líquido do período	-	-	2.405	1.353
Em 30 de junho de 2021 (Não revisado)	**25.000**	**41**	**2.970**	**28.010**
Em 31 de dezembro de 2021	**25.000**	**41**	**(3.745)**	**21.296**
Lucro líquido do período	-	-	3.620	3.620
Em 30 de junho de 2022	**25.000**	**41**	**(125)**	**24.916**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021 (Não revisado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	**5.801**	**3.569**
Ajustados por:		
Juros sobre empréstimos	1.274	
Depreciação e amortização	43	26
Receita de remuneração do ativo financeiro	(2.442)	(1.881)
Encargos financeiros sobre debêntures	4.798	
	9.474	**1.714**
Aumento ou diminuição dos ativos e passivos		
Contas a receber - ativo de contrato	(23.347)	(12.167)
Estoques	2.816	728
Tributos a compensar	170	(319)
Aplicações financeiras	(4.032)	-
Outros ativos	(53)	(59)
Fornecedores	(1.511)	(8.361)
Obrigações tributárias	4.234	(2.567)
Obrigações sociais e trabalhistas	118	154
Outros passivos	74	127
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(114)	(1.161)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(12.171)**	**(21.911)**
Das atividades de financiamentos		
Captação de recursos - debênture	65.000	
Captação de recursos - debênture – custos de emissão	(2.427)	40.000
Pagamentos de principal - empréstimos e financiamentos	(40.000)	
Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos	(2.964)	-
Pagamentos de arrendamento	(15)	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**19.594**	**40.000**
Caixa gerado no período	**7.423**	**18.089**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.017	5.947
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	10.440	24.036
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**7.423**	**18.089**

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Engie Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A.

Demonstração do valor adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021 (Não revisado)
1- Receitas	**30.821**	**19.855**
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	30.640	19.342
Outras receitas	181	513
2- Insumos adquiridos de terceiros	**(13.878)**	**(13.091)**
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(11.141)	(12.222)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.737)	(869)
3 – Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	**16.943**	**6.764**
	(43)	**(26)**
Depreciação, amortização e exaustão	(43)	(26)
5 – Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**16.900**	**6.738**
6 – Valor adicionado recebido em transferência	**934**	**364**
Receitas financeiras	934	364
7 – Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**17.834**	**7.102**
8 – Distribuição do valor adicionado	**17.834**	**7.102**
Pessoal e encargos	1.165	895
Impostos, taxas e contribuições	6.301	3.603
Juros e aluguéis	6.748	199
Prejuízo do prejuízo	3.620	2.405

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1 Informações gerais

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. (SPE Uberlândia), com sede no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais (MG), foi constituída em 2020, é uma sociedade de propósito específico, com prazo de duração determinado de 20 anos ou enquanto existir o contrato de concessão, e tem como objeto social a montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação, serviços de engenharia e de energia elétrica, manutenção de redes e sistemas eletroeletrônico, locação de máquinas e equipamentos, construção civil em geral, comércio atacadista e varejista de materiais e equipamentos e participação em consórcios e sociedades.

A ENGIE Soluções Cidades Inteligentes e Infraestrutura de Uberlândia S.A. têm como Objeto Social único a exploração da concessão administrativa para prestação de serviços relativos à modernização, eficientização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e atividades relacionadas e a exploração de fontes de receitas acessórias, na forma de contrato de concessão administrativa e seus anexos (Contrato de Concessão Administrativa), conforme especificações do edital de licitação na modalidade de concorrência pública nº 568/2019 (Edital), com base em autorização pela Lei Municipal nº 13.043, de 2 de janeiro de 2019.

No exercício de 2020, a SPE Uberlândia firmou o contrato nº 011/2020 com o Município de Uberlândia e deu início as atividades contratuais em 23 de janeiro de 2020. A primeira fase contratual consistiu nas entregas do plano de transição, do CCO provisório e dos seguros, após aprovação por parte do município, e consequente formalização da data de eficácia, foi dado início a fase dois do contrato, nesta foram iniciados os serviços de Operação e Manutenção do Parque de Iluminação Pública, e ainda a entrega do plano estratégico, cadastro base do parque de iluminação pública e projetos executivos, neste momento foi iniciada a fase três, serviços de modernização do parque de iluminação pública.

2 Aprovação das informações contábeis intermediárias

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 12 de agosto de 2022.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas vigentes

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021, sem impactos significativos nas Demonstrações Financeiras:

- **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos"**: reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

3.2 Normas emitidas em 2022

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB em maio de 2020 e tem efetiva aplicação a partir de 1ºde janeiro de 2022. As alterações não geraram impactos significativos nas informações contábeis intermediárias.

IAS 16 "Ativo Imobilizado"	Proibição de uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"	Esclarecimento que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
IFRS 3 "Combinação de Negócios"	Tem por objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.
Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020	Aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2022: i. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. ii. IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. iii. IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
IAS 1 "Apresentação das Demonstrações contábeis"	Esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório).
IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.

Não há outras normas IFRS/CPCs ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

3.3 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

3.4 Estimativas e julgamentos críticos

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas informações contábeis intermediárias. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis intermediárias, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.7 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, a Administração avalia se um ativo financeiro deve ser classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. O Grupo só dispõe de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, os quais, são mantidos até o vencimento para recebimento dos fluxos de caixa contratados.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Em geral, os ativos financeiros mantidos em carteira são compostos apenas por principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Atualmente, o Grupo possui ativos financeiros classificados a custo amortizado. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, são reconhecidos pelo valor presente da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor presente da dívida, caracterizando como subvenção governamental.

Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado pela taxa efetiva.

Desreconhecimento (baixa) de ativo financeiro

A Companhia desreconhece (baixa) um ativo financeiro apenas quando:

(a) os direitos contratuais para os fluxos de caixa do ativo financeiro vençam ou sejam liquidados; ou
(b) a Companhia transfira para outra parte praticamente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; ou
(c) a Companhia, apesar de ter retido alguns riscos e benefícios relevantes da propriedade, transferiu o controle do ativo para outra parte e a outra parte tem a capacidade prática de vender o ativo na íntegra para terceiros não relacionados, e é capaz de exercer essa capacidade unilateralmente, sem precisar impor restrições adicionais à transferência.

Nesse caso, a Companhia desreconhece o ativo e reconhece separadamente quaisquer direitos e obrigações retidos ou criados na transferência.

O valor contábil do ativo transferido é alocado entre os direitos ou as obrigações retidas e aqueles transferidos, com base em seu valor justo relativo na data da transferência. Direitos e obrigações recém-criados são avaliados com base em seus valores justos naquela data. Qualquer diferença entre a

contraprestação recebida e o valor reconhecido e desreconhecido segundo este item é reconhecida como resultado no período da transferência.

A Companhia não possui instrumentos de hedge ou derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

Impairment de instrumentos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado fixo.

O custo das mercadorias compreende o custo de aquisição, gastos com importação e transporte.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.9 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

3.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais", na demonstração do resultado.

3.11 Contas a receber - ativo de contrato

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente a valor justo quando emitidos e seguem os preceitos e definições do contrato de concessão para prestação de serviços de iluminação pública. O valor registrado é resultado do cálculo da receita apurada mensalmente dos serviços de construção e modernização (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação.

As faturas serão recebidas após o poder público receber a prestação de contas mensal e verificar sua adequação com o contrato, o pagamento será realizado.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediárias e somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.15 Benefícios a funcionários

O reconhecimento desse benefício, como a participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

3.16 Capital social e distribuição de lucros

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. Os lucros são distribuídos conforme estipulado no estatuto da Companhia e à medida que disponíveis.

3.17 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece e divulga sua receita operacional conforme os preceitos do IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente. O atual contrato de concessão firmado com a Prefeitura de Uberlândia tem por definição que o serviço público de iluminação pública como o serviço prestado mediante a construção/modernização (implementação de infraestrutura) e a operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação. Com base nisto, foram definidas as obrigações de performance contidas nestes contratos de concessão, que são: (i) construção e melhorias; e (ii) operação e manutenção (O&M). Desta forma, a receita proveniente deste contrato é alocada a cada uma dessas obrigações de performance, considerando os custos estimados (orçamento do projeto) a cada uma delas, adicionados de uma margem de lucratividade.

O ativo de contrato de iluminação corresponde à contrapartida da receita de construção de infraestrutura de iluminação ao longo da execução da obra de modernização da infraestrutura de iluminação pública. O recebimento da contraprestação vinculada ao ativo de contrato ocorre por meio do recebimento da receita alocada à obrigação de performance de construção e melhorias e depende da conclusão da obra de implantação e posterior operação e manutenção da referida infraestrutura. Os ativos de contrato são remunerados pela taxa de remuneração e pela variação do IPCA.

O reconhecimento da receita de construção e melhorias de infraestrutura de iluminação considera os custos efetivamente incorridos na obra, incrementados pela margem de construção apurada para o projeto, sendo os ganhos ou as perdas (eficiências ou ineficiências na construção) identificados ao longo da fase de construção registrados quando incorridos, de forma tempestiva, em linha de custo. A administração considera os documentos de aprovação das etapas finalizadas conforme o cronograma para reconhecer a receita contábil e seus respectivos custos.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto para "o gerenciamento e/ou acompanhamento da obra" em relação ao "CAPEX do Projeto", ambos definidos nos respectivos planos de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento da construção.

A receita de Operação e Manutenção (O&M) é auferida considerando o montante de custos necessários para o gerenciamento das atividades de manutenção e operação da infraestrutura de iluminação pública mais uma margem alinhada com as práticas de mercado dados estes definidos no plano de negócios. As margens propostas, líquidas dos encargos incidentes, são suficientes para cobrir os custos de gerenciamento das atividades de operação e manutenção.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

4.1 Fatores de risco

4.1(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, principalmente nas rubricas contas a pagar a fornecedores. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua transações em caráter especulativo.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2022 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia efetuou operações de *NDF – Non Deliverable Forward* para proteger suas aquisições de fornecedores, basicamente a Telemsa. Todas as operações foram liquidadas durante o ano de 2021, não havendo novas operações no segundo trimestre de 2022

4.1(b) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais atrelada à moeda estrangeira.

Non-Deliverable Forward - NDF

O total das operações realizadas em 2021, na modalidade de NDF, teve um resultado líquido negativo R$ 29. Em dezembro de 2021 não há saldos de operações de derivativos em aberto. No primeiro semestre de 2022 não ocorreram novas operações.

4.1(c) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamento

A Companhia possui aplicações financeiras pós fixadas, atreladas a variação do CDI e do IPCA.
O empréstimo através da nota promissória é atrelado à variação do CDI.

4.1(d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não manter os investimentos concentrados em um único grupo econômico.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

4.1(e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área financeira.

5 Caixa e equivalente de caixas e aplicações financeiras

	30/06/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.373	216
Aplicações financeiras – com liquidez imediata (i)	9.067	2.801
Aplicações financeiras – sem liquidez imediata (ii)	4.032	-
	14.472	**3.017**
Circulante - Caixa e equivalentes de caixa	10.440	3.017
Não circulante - Aplicações financeiras	4.032	-

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem liquidez imediata.

(ii) As aplicações financeiras registradas no ativo não circulante estão representadas pelas aplicações vinculadas a debênture emitida (nota explicativa 13) com liquidez superior a 12 meses em 30 de junho de 2022.

6 Contas a receber – ativo de financeiro

			30/06/2022	31/12/2021
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Ativo de contrato	13.166	67.008	**80.174**	**56.533**
Outras contas a receber (i)	81	-	**81**	**-**
	13.247	**67.008**	**80.255**	**56.533**

(i) Os valores se referem a faturamentos de operações de venda de resíduos de sucatas.

A movimentação do contas a receber do ativo de contrato no período é demonstrada a seguir:

Saldos em 31/12/2021	**56.533**
Custo de construção de infraestrutura de iluminação pública	18.052
Margem de construção de infraestrutura de iluminação pública	2.709
Acréscimos de operação e manutenção (O&M) de instalações de iluminação	2.010
Juros	2.192
Recebimento	(5.703)
Variação monetária	4.381
Saldos em 30/06/2022	**80.174**

7 Estoques

	30/06/2022	31/12/2021
Mercadorias para concessão (operação/manutenção)	8.493	10.787
Mercadorias recebidas em consignação	34	34
Adiantamento para aquisição de estoque	3.608	4.130
	12.135	**14.951**

8 Tributos a recuperar

O saldo detributos a recuperar se refere a valores a serem compensados de ou restituídos.

	30/06/2022	31/12/2021
PIS a compensar	79	75
COFINS a compensar	363	346
IRPJ a compensar	134	115
CSLL a compensar	-	41
IRRF retido a restituir	1	170
	577	**747**

9 Outros ativos

O saldo de outros ativos se refere a valores a receber adiantados, a serem reembolsados, bem como os prêmios de seguros a serem apropriados, classificadas como ativos circulantes pelo fato de vencimento ocorrer no período de um ano, após 30/06/2022.

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos à colaboradores (viagens e salariais)	27	7
Valores a reembolsar Cofely do Brasil Serv. Energ.	6	6
Sadenco Sul Americana - Parte relacionada	39	39
Plano de Saúde a reembolsar	7	9
Prêmios de seguros	123	88
	202	**149**
Circulante	89	149
Não circulante	113	-

10 Imobilizado

(a) Composição

		30/06/2022			31/12/2021		
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	(-) Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Operação							
Máquinas e Equipamentos	10%	159	(29)	130	159	(21)	138
Veículos	20%	139	(24)	115	139	(10)	129
Equipamentos Informática	20%	93	(44)	49	93	(34)	59
Móveis e Utensílios	10%	7	(1)	6	7	(1)	6
Equipamentos em Prop.Terc.	10%	9		9	9	-	9
Benfeitoria em Prop. Terc.	4%	112	(43)	69	112	(32)	80
		519	**(141)**	**378**	**519**	**(98)**	**421**

Os itens do ativo imobilizado estão livres de ônus e hipotecas/garantias.

Em 30 de junho de 2022, as análises da administração não identificaram indícios internos ou externos de redução relevante nos valores de recuperação para seus ativos imobilizados, dispensando a realização de ajustes por *impairment*.

(b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2021	(-) Depreciação	Saldo em 30/06/2022
Equipamentos em propriedade de terceiros	9	-	9
Máquinas e equipamentos	138	(8)	130
Equipamentos de informática	59	(10)	49
Móveis e utensílios	6	-	6
Veículos	129	(14)	115
Benfeitorias	80	(11)	69
	421	**(43)**	**378**

11 Fornecedores

O saldo de fornecedores se refere a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes pelo fato do pagamento ser devido no período de um ano. O saldo demonstrado em 30/06/2022 é de R$ 2.784 (R$ 4.295 em 31/12/2021).

12 Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões e encargos sobre férias	334	262
Folha de pagamento	98	138
INSS a recolher	78	61
IRRF a recolher	31	23
FGTS a recolher	5	17
Provisões e encargos sobre 13º salário	73	-
	619	**501**

13 Empréstimos, financiamentos e debênture

(a) Empréstimos e financiamentos

			30/06/2022		31/12/2021
Instituição financeira	**Modalidade**	**Taxa de juros**	**Principal + juros**	**Saldo**	**Saldo**
Banco Itaú	Nota promissória	CDI + 1,42% a.a.	**-**	**-**	41.691
Banco Safra	Leasing	10,033% a.a.	121	121	134
			121	**121**	**41.825**
Circulante				39	41.721
Não circulante				82	104

No dia 25 de fevereiro de 2022, a nota promissória emitida em fevereiro de 2021, foi quitada integralmente, no montante de R$ 42.965, contemplando o valor principal de R$ 40.000 e juros de R$ 2.965.

(b) Debêntures

Em 15 de janeiro de 2022, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures no montante de R$ 65.000, sendo emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil), série única, com valor nominal de R$ 1 (Hum mil reais). As debêntures serão atualizadas monetariamente pela variação acumulada no IPCA com juros remuneratórios calculados com base na variação da taxa de retorno do Tesouro IPCA + juros semestrais, com vencimento em 2030, acrescida de spread de 0,85% ao ano.

O vencimento da operação se dará em 15 de janeiro de 2034. As amortizações ocorrerão com os pagamentos semestrais, com vencimento inicial em 15 de julho de 2022.

	30/06/2022		
	Principal	**(-) Custo emissão de debêntures**	**Saldo**
Circulante	4.558	(302)	4.256
Não circulante	65.229	(2.114)	63.115
	69.787	**(2.416)**	**67.371**

Compromissos ("*covenants*")

Dentre as obrigações existentes, as com maior relevância são:

- descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora (ENGIE Brasil Participações Ltda.), conforme aplicável, de qualquer obrigação pecuniária;
- liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou da Fiadora;

- transformação do tipo societário da Emissora;
- declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações de natureza financeira a que a Emissora e/ou a Fiadora estejam sujeitas (na qualidade de devedora, garantidora e/ou coobrigada), assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou pela Fiadora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a,(i) com relação à Emissora, R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)ou o seu equivalente em outras moedas, e, (ii) com relação à Fiadora, R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) não sanado no prazo de cura específico previsto no respectivo instrumento se houver, ou, em sua falta, em até 5 (cinco) dias Úteis contados da data do inadimplemento, ou na data da referida declaração de vencimento antecipado;
- alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora;
- qualquer cisão, fusão ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Emissora ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, exceto em situações por situações mencionadas na Escritura de emissão de debênture;
- alteração do objeto social da Emissora;
- não utilização, por parte da Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a presente Emissão estritamente para o Projeto;
- celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de credora, com quaisquer sociedades, nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico (intercompany loans);
- até a Conclusão do Projeto, cancelamento, revogação, perda, rescisão, anulação, encampação, caducidade ou extinção da concessão do serviço de iluminação pública, objeto do Projeto;
- redução de capital social da Emissora;
- declaração de vencimento antecipado das debêntures, na ocorrência de quaisquer das quaisquer das seguintes hipóteses:

  (a) suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, da concessão concedida pela Prefeitura de Uberlândia e de outras agências reguladoras aplicáveis necessárias para construir, operar e manter a operação do Projeto;
  (b) alienação de ativos permanentes da Emissora;
  (c) constituição e/ou prestação, pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação no valor acima de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
  (d) alienação do controle direto da Engie Brasil Energia S.A.;
  (e) não observância, pela Emissora, após a Conclusão do Projeto e até a Data de Vencimento, em 2 (duas) Data de Verificação ICSD consecutivas ou em quaisquer 3 (três) Datas de Verificação ICSD alternadas, do ICSD mínimo de 1,20 (um inteiro e vinte centésimos);
  (f) inobservância, pela Fiadora, enquanto houver Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo) e até a Conclusão do Projeto, dos seguintes índices e limites financeiros a serem apurados, trimestralmente, pela Fiadora e acompanhado pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações contábeis completas auditadas da Fiadora, consolidadas, auditadas ou revisadas (conforme o caso) pelos auditores independentes da Fiadora, sendo certo que a primeira apuração será com base no exercício social encerrado em 2021 ("Índices Financeiros da Fiadora"):

  (a) na data de cada balanço consolidado trimestral da Fiadora, a relação entre o somatório do EBITDA Consolidado (conforme definido abaixo) dos últimos 4 (quatro) trimestres da Fiadora e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas (conforme definido abaixo) no mesmo período não poderá ser inferior a 2,0 (dois inteiros); e
  (b) na data de cada balanço consolidado trimestral da Fiadora, a relação entre a Dívida Líquida Total (conforme definido abaixo) e o somatório do EBITDA Consolidado (conforme definido abaixo) dos últimos 4 (quatro) trimestres da Fiadora, não poderá ser superior a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos).

14 Obrigações tributárias

	30/06/2022	31/12/2021
ISS a recolher	2.519	1.785
COFINS a recolher	3.009	1.551
PIS a recolher	653	336
IRPJ a recolher	1.203	-
CSLL a recolher	449	-
Outras obrigações	111	38
	7.944	**3.710**

15 Passivo de arrendamento

O saldo de arrendamentos se refere a aluguel de galpão comercial na Rua Pedro Quirino da Silva, nº 925, Umuarama, Uberlândia – Minas Gerais, do período entre 05/02/2020 a 04/02/2023.

	30/06/2022			31/12/2021		
	Principal	Ajuste a valor presente	Saldo	Principal	Ajuste a valor presente	Saldo
Circulante	166	(12)	154	166	(12)	154
Não circulante	96	(5)	91	96	(5)	91
	262	**(17)**	**245**	**262**	**(17)**	**245**

16 Outros passivos

	30/06/2022	31/12/2021
Comissões e outros	114	41
Provisões de custos (i)	3.947	3.947
Bens de terceiros recebidos em comodato	9	9
	4.070	**3.997**
Circulante	4.061	3.988
Não circulante	9	9

(i) Em 2021, a administração identificou que os custos necessários para concluir a implementação da rede de iluminação pública, excederiam os valores orçados inicialmente. Por constituir uma obrigação assumida dentro dos preceitos do contrato de concessão, constituiu a provisão destes custos a incorrer.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e detido pela acionista SADENCO Sul-Americana de Engenharia e Comércio Ltda. (SADENCO) em 2021 e 2020 é de R$ 25.000, subscrito e integralizado, representado por 25.000.000 ações sem valor nominal.

30/06/2022			31/12/2021		
nº de ações	**Participação (%)**	**Capital social (R$)**	**nº de ações**	**Participação (%)**	**Capital social (R$)**
25.000.000	100	25.000	25.000.000	100	25.000

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do período, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia, após a constituição das reservas obrigatórias, poderá distribuir 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. O montante a distribuir deverá ser deliberado em Assembleia Geral, bem como deverá levar em consideração a legislação aplicável.

18 Receita operacional líquida

	01/04/2022 a 30/06/2022	**01/01/2022 a 30/06/2022**	**01/04/2021 a 30/06/2021**	**01/01/2021 a 30/06/2021**
			(Não revisado)	**(Não revisado)**
Receita operacional bruta				
Serviços da concessão	20.793	30.640	4.613	19.342
(-) Deduções da receita operacional				
(-) PIS e COFINS	(2.224)	(3.039)	(427)	(1.817)
(-) ISS	(624)	(949)	(165)	(607)
	17.945	**26.652**	**4.021**	**16.918**

19 Gastos por natureza

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
			(Não revisado)	(Não revisado)
Custos de Infraestrutura	(7.694)	(11.760)	(1.955)	(11.943)
Custos na prestação dos serviços	(457)	(542)	(155)	(279)
Folha de pagamento e encargos	(634)	(964)	(792)	(827)
Depreciação e amortização	(36)	(129)	(74)	(134)
Custos seguros	(25)	(61)	(50)	(81)
Custo tributos	(37)	(70)	(8)	(14)
Outros custos	(582)	(1.132)	234	(362)
Custos na prestação de serviços de iluminação pública	**(9.465)**	**(14.658)**	**(2.800)**	**(13.640)**
Despesa com folha de pagamentos e encargos		(200)	(33)	(68)
Despesas serviços de terceiros	(202)	(281)	(80)	(306)
Despesas com materiais			(7)	(10)
Outras despesas	(3)	(74)	(2)	(3)
Despesas gerais e administrativas	**(205)**	**(555)**	**(122)**	**(387)**
Total de custos e despesas por natureza	**(9.670)**	**(15.213)**	**(2.922)**	**(14.027)**

20 Resultado financeiro

	01/04/2022 a 30/06/2022	01/01/2022 a 30/06/2022	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021
			(Não revisado)	(Não revisado)
Variação cambial ativa	2	2	68	100
Rendimento de aplicações financeiras	320	932	200	264
Receitas financeiras	**322**	**934**	**268**	**364**
Variação cambial passiva	(1)	(4)	(93)	(93)
Tarifas bancárias	(278)	(433)	(4)	(7)
Juros sobre empréstimos	(4)	(1.279)	(3)	(3)
Encargos financeiros sobre debêntures	(2.825)	(4.798)		
IR sobre operação cambial			(1)	(91)
IOF sobre operação	(162)	(162)	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	19	(72)	4	(3)
Despesas financeiras	**(3.251)**	**(6.748)**	**(99)**	**(199)**
	(2.929)	**(5.814)**	**169**	**165**

21 Imposto de renda e contribuição social corrente

	30/06/2022	30/06/2021 (Não revisado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**5.801**	**3.569**
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(1.972)	(1.213)
Adições e exclusões indedutíveis	(209)	49
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(2.181)**	**(1.164)**
Taxa efetiva	(38%)	(33%)

22 Seguros (Não auditado)

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 30 de junho de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Montante de cobertura
Riscos operacionais	**20.000**
Responsabilidade civil	**20.000**

* * *